A Educação Empreendedora para Pequenos Produtores Agrícolas

Antônio Del Maestro Filho[1]
Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães[2]
CEPEAD- Centro de Pós Graduação e Pesquisa em Administração
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – MG – Brasil
E-mails:
profmaestro@gmail.com
vmguimaraes@hotmail.com

Rogério Braga Silveira[3]
Departamento de Engenharia de Saneamento e Ambiental
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – MG - Brasil
E-mail: rogesilbr@gmail.com

Sônia Faria Mendes Braga[4]
Centro de Pesquisa René Rachou
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
Belo Horizonte – MG - Brasil
E-mail: soniamendesbraga@gmail.com

Endereço:
Faculdade de Ciências Econômicas
Av. Antônio Carlos 6627 - Sala 4064
Pampulha - Belo Horizonte – MG
CEP 31270901

Artigo recebido em 05/08/2008
Aprovado em 29/10/2008

[1] Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor adjunto do Departamento de Ciências Administrativas da FACE/UFMG (área de organização e recursos humanos).
[2] Mestranda em administração pelo CEPEAD/UFMG. Graduada em Administração pela UFMG.
[3] Doutorando da Escola de Engenharia – Departamento de Engenharia de Saneamento e Ambiental – UFMG especialista em Gestão Estratégica e Politicas Públicas pela UFMG.
[4] Mestranda em Epidemiologia do Centro de Pesquisa René Rachou – FIOCRUZ.Especialização em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006) .

Resumo
Este trabalho discute a questão da educação voltada para os pequenos produtores rurais brasileiros, destacando seu papel imprescindível para a formação de uma nova mentalidade empreendedora no campo. Ao mesmo tempo, compõe um referencial teórico que tem como finalidade subsidiar outras pesquisas sobre o tema. Tratou-se de um estudo descritivo fundamentado em dados secundários obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras Instituições. Os resultados permitiram concluir que continuam existindo duas realidades no campo: uma que reflete a produtividade e a riqueza e outra que retrata a miséria e o desemprego. Assim, tornou-se necessária a implementação de um novo modelo de produção e apoio ao campo que comporte treinamento para os pequenos produtores rurais dentro de um novo paradigma educacional, voltado para o empreendedorismo.
Palavras chave: Agronegócios, Educação Empreendedora, Pequenos Produtores Rurais,

Abstract
This article discusses the issue of education geared for small Brazilian rural farmers, highlighting its essential role for the construction of a new entrepreneurial mentality in the rural localities. At the same time, composes a theoretical reference that aims to subsidize others researches on the subject. This article is a descriptive study based on secondary data obtained from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and from other institutions. The results showed that there are still two realities in the rural localities: one that reflects the productivity and wealth and one that portrays the poverty and unemployment. So it became necessary to implement a new model of production and support to rural localities that includes training for rural producers within a new educational paradigm, turned to entrepreneurship.
Key words: Agribusiness, Entrepreneurial Education, Rural Small Farmers

Os agronegócios têm se revelado como um dos principais suportes do comércio exterior do País e durante os últimos quinze anos os saldos obtidos por esse segmento comprovam essa afirmativa, considerando que passaram de cerca de US$ 8 bilhões em 1990 para US$ 29 bilhões em 2005, o que trouxe um forte impacto positivo para a balança comercial brasileira.

Se, por um lado, a constata-se a expansão dos agronegócios que vem ocorrendo simultaneamente com a modernização do campo, onde acontece um incremento da mecanização, bem como o aparecimento de inovações tecnológicas o que tem propiciado um aumento substancial da produtividade. Por outro lado, torna-se importante ponderar que, atrás de todo o processo modernizante, existe uma nova postura do agricultor visando claramente atingir seus objetivos isto é, a exportação de seus produtos, utilizando novas habilidades e valores para gerenciar seus negócios. Em contraste com esse desenvolvimento, vêm ocorrendo um fenômeno preocupante, evidenciado na medida em que os pequenos produtores vão desaparecendo juntamente com suas propriedades, contribuindo para que se verifique uma redução drástica no número de postos de trabalho, o que pode contribuir para a gestação

de uma crise econômico-social sem precedentes no País em médio e longo prazo, caso essa tendência venha a prevalecer.

Portanto, apesar da contribuição do setor dos agronegócios ter tido um desempenho positivo nas contas brasileiras, não se tem constatado o mesmo sucesso no campo social, principalmente no que diz respeito à capacidade de geração de empregos necessários para a absorção da mão de obra existente. Dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – mostram que no período compreendido entre 1970 e 1985 a população ocupada no meio rural aumentou de 17,6 milhões para 23,4 milhões, o que representou um aumento de 30,73%. Nos dez anos seguintes ocorreu a redução do número de postos de trabalho no campo, sendo que em 1995 o número de pessoas ocupadas voltou à mesma dimensão de 1970, ou seja, cerca de 17,9 milhões.

Estudiosos do fenômeno da redução do número de postos de trabalho como Kupfer (2003), afirmam que, no setor agropecuário, o número de postos de trabalho no período compreendido entre 1990 e 2001 foi reduzido em de cerca de 3,1 milhões, ou seja, 20,2%. Esse número corresponde a 94% do total de empregos criados no país no mesmo período. O Quadro 1 a seguir mostra a evolução desses números:

Quadro 1 – Evolução dos postos de trabalho nos agronegócios

Ano	1990	2001	Redução	Produtividade
Postos de trabalho	15 246 600	12 166 100	3 080 500	5,12%

Fonte: Análise Estrutural; IE / UFRJ

O número das propriedades rurais foi reduzido em 16% entre os anos de 1985 e 1995, conforme mostrado no Quadro 2, sendo que das 942 mil propriedades desaparecidas, 906 mil, ou seja, 96% tinham dimensões inferiores a 100 Ha.

Quadro 2 – Evolução do número de propriedades rurais

Ano	1970	1975	1980	1985	1995
Propriedades	4 919 089	4 993 251	5 159 850	5 802 206	4 859 865

Fonte: Censo Agropecuário 1995 / 1996 – IBGE

Em síntese, duas realidades diametralmente opostas vão se consolidando no meio rural. De um lado existe um grupo de médios e grandes produtores que conseguem desenvolver seus negócios de maneira prospera obtendo altas taxas produtividade, quando existem condições microeconômicas razoáveis, e por outro lado se encontra um grupo de pequenos produtores, com dificuldades, que vão vendendo ou abandonando suas propriedades juntando-se a um crescente exercito de desempregados no meio rural, os quais vivem na mais profunda pobreza, sem perspectivas de futuro.

Objetivos do Trabalho

O objetivo geral desse trabalho é identificar e estudar o papel da educação para a formação de uma mentalidade empreendedora nos pequenos produtores rurais. Alguns objetivos específicos podem também ser destacados:

(1) Levantar dados sobre a exportação brasileira no setor de agronegócios tendo como base a balança comercial;(2) Identificar algumas causas prováveis que reforçam as oposições entre a prosperidade do grupo de médios e grandes produtores e a crescente venda e abandono de propriedades por parte dos pequenos agricultores que passam a fazer parte do exército de desempregados no meio rural;(3) Compor referencial teórico para subsidiar futuros estudos e pesquisas complementares ao tema (nova agenda de pesquisa).

Referencial Teórico

O referencial teórico adotado para este estudo foi composto de três partes. Em primeiro lugar buscou-se resgatar uma visão geral dos pesquisadores brasileiros sobre o tema, partindo da premissa da modernização do campo e conseqüente aumento de produtividade.

A segunda parte abrangeu os estudos de alguns dos principais pesquisadores internacionais deste tema, com destaque para suas visões sobre o fenômeno do desemprego no campo que parece ser comum nos países em desenvolvimento.

A última parte contemplou os estudos e pesquisas realizados sobre educação, destacando o seu papel como um instrumento de mudança de comportamento dos pequenos produtores dentro dos paradigmas da nova realidade da economia mundial, e, ao mesmo tempo, constituindo-se num elemento fundamental para a formação e desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora. Os modelos de análise que fundamentaram o estudo foram os casos de sucesso do *Sri Lanka* e de alguns países africanos.

Agronegócios: uma visão dos pesquisadores brasileiros

A modernização do campo implantou um processo progressivo visando o crescimento da produtividade e tendo como conseqüência o aumento do desemprego.

Segundo Kupfer (2003) o principal responsável pelo desemprego no setor agropecuário foi a mudança tecnológica implicando num aumento de produtividade cresceu 5,12% ao ano, entre 1990 a 2001. Para o autor o processo modernizante está longe de ser concluído e continuará a se desenvolver nos próximo ano motivado, pela ampliação dos agronegócios para

exportação. Chama a atenção o fato de que enquanto o percentual de pessoas ocupadas na agropecuária em relação à população ativa total é de cerca de 19 % no Brasil, nos países desenvolvidos essa relação chega a ser da ordem de 6% a 7%. Logo existe um grande espaço para o aumento da produtividade.

Essa tese é confirmada por Silveira & Pereira (2001) que ao fazerem uma abordagem econométrica, utilizando-se as fronteiras de produção, concluem que há possibilidades de um aumento da eficiência em todas as regiões brasileiras. Na região sudeste destaca-se Minas Gerais, onde existe a maior possibilidade de aumento de eficiência técnica, pois enquanto o índice da média da regional era de 0,9, o índice mineiro chegava a 0,83. Destacavam-se os índices de Santa Catarina e Rio Grande do Sul na região sul que chegavam a 0,79, enquanto o índice baiano era 0,68.

Segundo Helder (1999) entre os anos de 1985 e 1995 enquanto ocorria em Minas Gerais uma redução do número de empregos de 24,81%, a produtividade agrícola crescia 19,58%, aumentavam os salários reais em 169,47% e o número de tratores em 48,40%.

Cruz (2002) demonstra que a evolução da queda do número de postos de trabalho ocorrida em Minas Gerais, é proporcional ao tamanho da propriedade. Enquanto a retração dos empregos no grupo de propriedades de até 10 Ha. é de 11,48%, no estrato superior a 5.000 Ha. chega a 53,14%. Com relação ao êxodo rural mostra que em 1940 cerca de 75% da população mineira residia na área rural e no ano 2000 esse número chegava a 18%.

Teixeira (1999) chama a atenção sobre a evolução dos números de propriedades rurais existentes no País. No período compreendido entre os anos de 1985 e 1995 ocorreu uma redução de 16% no número das propriedades rurais. Das 942 mil propriedades desaparecidas, 906 mil, ou seja, 96% tinham dimensões inferiores a 100 Ha. Porém, no mesmo período houve um aumento de 84 propriedades com áreas entre 10.000 e 100.000 Ha. Em 1995 cerca de 14,5 milhões de pessoas trabalhavam em propriedades menores que 100 Ha. correspondendo à cerca de 80% da mão de obra do setor.

Silva (2001) mostra que existem oportunidades ainda pouco exploradas no meio rural tal como a fruticultura, para a qual existe um mercado promissor, se comparado o consumo per capita de frutas existente em outros países.

No Quadro 3 apresentado a seguir, verifica-se que enquanto na Grécia o consumo de frutas é de 181,35 Kg/pessoa/ano, no Brasil chega a apenas 11,94.

Quadro 3 – Consumo Per Capita de Frutas em Países Selecionados – (1996 / 19997)

Países	Consumo (Kg/pessoa/ano)
Grécia	181,35
Itália	135,15
Bélgica	129,85
Espanha	122,25
França	90,85
Reino Unido	82,40
Brasil	11,94

Fonte: Diagnóstico da Cadeia Agroindustrial de Frutas Selecionadas MG – UFV

O trabalho *"Diagnóstico da Cadeia Agroindustrial de Frutas Selecionadas no Estado de Minas Gerais –UFV"* avalia os direcionadores e subfatores de eficiências no segmento de produção da cadeia frutícula em Minas Gerais. Chama a atenção o fato de que as atividades que estão total ou parcialmente sob o controle do produtor, relacionadas à "Gestão" e à "Associação / Cooperativas", receberam na maioria dos casos uma avaliação negativa, conforme está demonstrado no Quadro 4, apresentado na seqüência deste trabalho:

Quadro 4 – Avaliação de Direcionadores de Eficiência sob Controle Total ou Parcial do Produtor

Direcionadores	Norte de Minas		Triangulo e Alto Paranaíba			Sul	Mata	Peso
	Indicador		Indicador			Indicador	Indicador	
	Banana	Manga	Abacaxi	Maracujá	Manga			
Tecnologia								
Adequação cultivo	F	MF	F	MF	F	F	N	0.2
Controle pragas	F	F	D	D	F	F	D	0.3
Irrigação	F	F	D	N	N	F	D	0.1
Tratos culturais	D	F	MD	D	F	F	D	0.2
Estrutura de Mercado								
Localização	N	N	MF	MF	MF	MF	F	0.2
Packing houses	D	F	F	N	N	F	D	0.15
Associações	D	D	MD	D	N	D	MD	0.3
Relações com o mercado								
Informações	D	D	D	D	F	D	D	0.2
Gestão								
Controle de custos	MD	MD	D	D	F	D	MD	0.3
Plan. Mercadológico	D	D	MD	D	D	D	MD	0.3
Gestão da qualidade	F	F	MD	N	N	F	MD	0.2
Mão de obra	MD	D	D	D	D	D	D	0.2

Fonte: Diagnóstico da Cadeia Agroindustrial de Frutas Selecionadas no Estado de Minas Gerais – UFV
Legenda: F – Favorável; D – Desfavorável; N – Neutro; MD – Muito desfavorável.

Destacam-se também alguns direcionadores que estão sob o controle do governamental, referentes às atividades de financeiras, que receberam também uma avaliação negativa, conforme mostra o Quadro 5:

Quadro 5 – Avaliação de Direcionadores de Eficiência sob Controle Total ou Parcial do Produtor

Direcionadores	Norte de Minas		Triangulo e Alto Paranaíba			Sul	Mata
	Banana	Manga	Abacaxi	Maracujá	Manga		
Tributação	D	D	D	D	D	D	D
Financiamento	D	D	MD	MD	MD	D	MD

Fonte: Diagnóstico da Cadeia Agroindustrial de Frutas Selecionadas no Estado de Minas Gerais - UFV
Legenda: F – Favorável D – Desfavorável N – Neutro MD – Muito desfavorável

Agronegócios: Uma Visão dos Pesquisadores Internacionais

O paradoxo entre a expansão dos agronegócios e o aumento do desemprego no campo é um fenômeno comum a alguns Países do terceiro mundo. Existe uma percepção generalizada entre os pesquisadores de que estão sendo criados no campo dois mundos incompatíveis, sendo um composto por prósperos produtores e outro por pequenos produtores sem trabalho ou em situação de trabalho precária e sem perspectivas.

Para Jayatilaka, Kodithuwakku & Rosa (1997) nos paises em desenvolvimento os agronegócios tem uma substancial participação no PIB e são implementados ou por grandes empreendimentos multinacionais altamente produtivos ou então por pequenos produtores em sua maioria presos a hábitos do passado. A esses últimos tem faltado além de tecnologia, capital e educação também a disposição para tomar riscos. As dificuldades para que os pequenos produtores façam a transição para sua inclusão na nova economia, aponta para problemas no sistema de ensino, que falha em preparar os estudantes no sentido de desenvolver as habilidades e valores necessários a um produtor de sucesso. Os governos deveriam visar não somente as melhorias de infra-estrutura e transferência de tecnologia, mas antes de tudo motivar os produtores, além de promover e acompanhá-los no desenvolvimento dessas características.

Garavan & O`Cinneide (1994) mostram que os pequenos produtores podem ser caracterizados em dois grupos distintos, sendo que no primeiro eles possuem como traços as habilidades para inovação e usam a estratégia em suas praticas gerenciais, tendo como o objetivo o lucro e o crescimento. No segundo grupo os produtores gastam a maior parte de suas energias e tempo buscando aumentar suas receitas imediatas.

Pode-se inferir que o primeiro grupo já trabalha dentro dos paradigmas da nova economia mundial, já o segundo enfrenta sérios problemas operacionais, pois ainda não conseguiu assumir uma nova postura.

Para Hynes (1996) as instituições governamentais, as agencias de desenvolvimento e os órgãos responsáveis pela educação e treinamento, em diversos países, reconhecem agora o desafio de se criar uma nova cultura empresarial que permita o desenvolvimento dos pequenos produtores. Existem muitas iniciativas no sentido de se dar o suporte financeiro e consultoria para se iniciar os negócios, entretanto para continuidade dos mesmos é necessário um apoio que pode vir através da educação.

Educação: instrumento de mudança de comportamento

Várias pesquisas têm sido realizadas visando buscar métodos que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e valores visando à capacitação dos pequenos produtores dentro dos paradigmas da nova realidade da economia mundial, através da educação.

Estudiosos como Ede & Bhagaban (1998) concluíram que os estudantes que vinham de família que tinham empreendimentos próprios mostravam atitudes mais próximas das desejadas pela educação empreendedora, do que os alunos que não tinham o *background* familiar.

Já as pesquisas anteriores de Brockhaus & Horwitz (1986), Brusch (1992), Cooper (1986) e Krueger (1993), chegaram a resultados semelhantes. Considerando os pontos comuns, afirmam que no fato constatado por Ede & Bhagaban (1998), pode estar a chave para se elaborar um currículo que permita o desenvolvimento de habilidades e atitudes. As pesquisas realizadas com alunos de colégios, cujo currículo já incorporou essa nova visão, indicam que os alunos que já estão cursando períodos mais avançados revelam uma atitude mais favorável para adoção dos novos paradigmas do que aqueles mais novatos, sugerindo assim, que os alunos vão se modificando ao longo do curso por intermédio da educação.

Nos Estados Unidos e em alguns outros países do mundo há um crescente número de colégios e universidades oferecendo cursos destinados ao produtor dos novos tempos, tanto nos níveis colegiais como nos de graduação

Gibb (1987) sugere que método educacional poderia ser implantado sem que fossem abandonados os valores básicos da educação tradicional, passando-se a adotar uma nova abordagem de ensino visando à preparação dos participantes para enfrentar os desafios do novo mundo. Para implantação do novo currículo, Gibb (1987) sugere algumas ações como:

(1) Motivar os participantes a descobrirem e explorarem conceitos variados, relatando o problema sob diferentes pontos de vista;
(2) Ajudar os participantes a se tornarem independentes das fontes externas de informação, conselhos alheios e a pensarem por si mesmos, confiando em seu próprio aprendizado;
(3) Encorajar os participantes a usarem sua percepção e seus valores;
(4) Propiciar a construção de networks;
(5) Ajudar os participantes a controlarem as emoções frente a situações de conflito e encorajar que façam suas escolhas ainda que em condições de stress e incerteza.

Dessa forma, o grande desafio em relação ao treinamento e educação é a elaboração de currículos apropriados. Hynes (1996) observa que na *University of Limerick*, Irlanda, existe um modelo que além de visar desenvolvimento de habilidades, permite a aplicação dos conceitos e conhecimentos teóricos na vida prática. Esse modelo não é genérico e as variáveis como os desejos e as necessidades de cada grupo de alunos são levados em consideração. Inicialmente, nessa metodologia, são verificados aspectos como motivação, personalidade, necessidades, atitudes, influencia familiar, valores e experiência no trabalho. O foco do ensino está dirigido principalmente para o desenvolvimento de habilidades, utilizando-se *cases* para estudos e discussões em grupos, apresentações, resolução de problemas, simulações, *brainstorming* e definições de objetivos. Assim, são trabalhados aspectos como comunicação pessoal, decisão, análise e solução de problemas, iniciativa, etc.

Segundo Carneiro (2006) o governo de Singapura, país que lidera o mundo numa grande maioria dos testes padronizados de conhecimentos promovidos por organizações internacionais, estruturou sua nova estratégia de desenvolvimento em torno de quatro núcleos fundamentais de aprendizagem:
(1) Capital de Conhecimento – o currículo escolar é reduzido em 20% para permitir aos alunos a exploração da resolução de problemas complexos e interdisciplinares;
(2) Capital de Imaginação – consistindo na promoção de novos ecossistemas amigos da inovação e do empreendorismo;
(3) Capital Emocional – visando a criação de condições de estabilidade de espírito e de tranquilidade capaz de reter os melhores quadros e o melhor capital internacional;
(4) Capital Social – orientado para a empregabilidade sustentável e a densificação das redes comunitárias de base.

O exemplo de Singapura reforça a tese da necessidade da elaboração de políticas públicas destinadas a desenvolver na população essas novas habilidades.

Se, por um lado, o novo paradigma econômico permitiu um salto de produtividade e o surgimento de uma nova forma de se estruturar uma organização, por outro lado, passou a solicitar um novo perfil de habilidades e comportamentos sociais e institucionais, afetando tanto a qualidade quanto quantidade de mão de obra. Segundo Perez (2000) o novo paradigma implica na necessidade de uma reforma educacional que buscaria:

(1) Criar hábitos de autodisciplina e autonomia – A pratica deve ser desenvolvida tanto na escola quanto na família buscando do sentido de responsabilidade;

(2) Promover atividades em equipe – Essa atividade tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades que consigam compatibilizar o interesse individual como o interesse do grupo, tais como comunicação, interação, cooperação e adaptações mútuas;

(3) Desenvolver a relação autoridade-autonomia – Essa prática busca o desenvolvimento de habilidades tais como a criatividade, autonomia e autoridade, coexistindo de maneira responsável.

Finalmente, Carneiro (2006) conclui que para a construção de uma sociedade próspera e solidária nos paises latino-americanos, o sistema educacional deverá ter como objetivo formar cidadãos autônomos, dinâmicos e socialmente conscientes.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa norteadora das discussões deste artigo utilizou como instrumento de coleta de dados documentos e/ou dados secundários obtidos juntos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, revistas técnicas especializadas, visitas a páginas específicas de *sites* educacionais, bem como consulta a referências bibliográficas nacionais e internacionais atualizadas sobre o tema. Trata-se, portanto, de um estudo descritivo, considerando as tipologias referidas no estudo de Vergara (1998) e considerando seu objetivo que foi identificar e estudar o papel da educação para a formação de uma mentalidade empreendedora nos pequenos produtores rurais brasileiros.

Análise dos dados

Os dados obtidos para elaboração deste trabalho permitem constatar que as transações externas dos agronegócios têm sido significativas na composição dos resultados globais da economia brasileira. Uma sinergia de fatores internos tais como a modernização do campo e externos como melhoria desempenho dos preços das *commodities,* além da expansão de novos

mercados, fez com que o saldo dos agronegócios saltasse em 1990 para US$ 8 bilhões, em 2005 para US$ 29 bilhões (quadro 1).

A modernização do campo vem acontecendo principalmente nas médias e grandes propriedades, através da mecanização, implementação de novas técnicas agrárias e principalmente de um novo modelo de gestão, que incorpora às possibilidades tecnológicas uma nova postura do produtor. Esse novo cenário tem possibilitado um aumento da produtividade na ordem de 5% ao ano, implicando na diminuição da quantidade de mão de obra menos qualificada e em contraste do aumento da massa salarial dos trabalhadores mais qualificados, que conseguem permanecer empregado. Um fato importante e que chama a atenção refere-se à existência de diversas pesquisas que apontam na direção de que a modernização do campo brasileiro ainda tem um longo caminho a percorrer, com conseqüentes repercussões no nível de empregabilidade.

Os dados apresentados na introdução desse trabalho mostram, por um lado, que a queda do número de empregos é proporcional ao tamanho da propriedade, ou seja, nas grandes propriedades as oportunidades de trabalho diminuem com a modernização. Por outro lado, a situação do desemprego nas pequenas propriedades não é diferente. O número de trabalhadores vinculados a propriedades menores que 100 Ha. Chega a representar 80% da população ocupada no meio rural e no período 1985 – 1995 e 96 % das propriedades desaparecidas, tinham essa característica.

Paradoxalmente constata-se que a eliminação de postos de trabalho vem se dando pela modernização principalmente nas médias e grandes propriedades e, ao mesmo tempo ela acontece pela ineficácia e desaparecimento das pequenas propriedades. Assim, as perspectivas imediatas para empregabilidade no campo não são as melhores.

Considerando que o processo de desemprego motivado pela modernização é irreversível, torna-se premente a necessidade de se estabelecer uma nova política agrária, que incentive e capacite o maior número possível de trabalhadores a se tornarem pequenos produtores, como uma alternativa à exclusão do mercado de trabalho.

Existem segmentos de mercado com grande potencial para exploração tanto no âmbito interno como externo, tal como a fruticultura, em que o agricultor tem alta rentabilidade se comparada à cultura de grãos e com grande possibilidade de se agregar valor ao produto com custos relativamente reduzidos.

Entretanto, ainda que fosse disponibilizado crédito favorável através de uma política governamental dirigida, os pequenos produtores continuariam a encontrar problemas em seus negócios, tendo em vista o modelo de gestão utilizado, além das dificuldades para se reunirem

em Associações ou Cooperativas. Os obstáculos a serem contornados tais como a logística, marketing, produtividade e capacidade de assumir riscos, exigem do produtor uma nova postura gerencial.

Com a integração da economia a nível mundial, diversos países passaram a ter semelhantes problemas e hoje já há um consenso de que a reinserção dos excluídos somente se dará através da ampliação número de pequenos negócios. A requalificação do pequeno produtor para a nova economia, bem como a modificação da mentalidade dos empregados no sentido de que se transformem em pequenos proprietários, vem sendo estudada em diversas universidades e instituições de pesquisas.

As novas propostas para a educação e treinamento dos produtores buscam sua transformação interna, por intermédio do desenvolvimento de novos valores, novas habilidades e nova ética, sem, contudo, desconsiderar os aspectos de informação. Pesquisadores de diversas entidades sugerem que essas características podem adquiridas e desenvolvidas através do treinamento e educação. Na Ásia, Europa e Estados Unidos, pesquisas nesse sentido vêm sendo realizadas e, apesar de ser um tema relativamente novo, já revelam resultados positivos. Especificamente com relação ao meio rural, destacam-se os estudos realizados por pesquisadores da universidade escocesa de *Stirling,* juntamente com a equipe da universidade de *Peradeniya,* os quais propõem modificações nos currículos visando modificar o perfil dos estudantes de ciências agrárias do Sri Lankan, para que os mesmos se tornem produtores independentes no meio rural, ao invés de empregados.

A necessidade de capacitação para uma nova postura empresarial no meio rural em países como o Sri Lankan, guarda semelhanças com o caso brasileiro, embora, naqueles países, a pesquisa sobre esse tema encontra-se em o estagio bem mais avançado do que no Brasil.

Conclusões finais

No Brasil existem dezesseis milhões Ha. de terras produtivas não utilizadas, contrapondo-se a sete milhões Ha. de lavouras permanentes e trinta e quatro milhões Ha. em lavouras temporárias. Existe um expressivo mercado interno potencial a ser explorado, além das possibilidades de ampliação do mercado externo. Entretanto, apesar destes fatores, existem duas crescentes realidades no campo: a primeira a da produtividade e riqueza; a segunda da miséria e do desemprego, onde desaparecem os pequenos produtores e aumenta a concentração de terras.

A diferença entre estes dois mundos tem origem no comportamento do produtor e para que ele deixe de ser excluído, é necessário que mude suas atitudes, valores e adquira novas habilidades. Considerando-se que essas características podem ser adquiridas, sugere-se a implementação de um novo modelo de apoio ao campo, que comporte treinamento para os produtores dentro desse novo paradigma.

O novo modelo deve também contemplar a educação infantil e juvenil adequando o currículo da escola pública no meio rural, capacitando os professores e investindo nos alunos. Somente assim o País permitirá que suas crianças desenvolvam habilidades e valores, visando um futuro de maiores oportunidades.

Outro aspecto deve ser considerado é o custo financeiro para a implementação de um programa de pesquisa e capacitação dessa monta. Entretanto, o benefício social e político que possibilitará a reinclusão de milhões de excluídos, por si só já justificaria tal programa. Porém o subproduto econômico de médio e longo prazo ultrapassará em muitas vezes os valores investidos, propiciando uma sociedade mais justa e prospera.

Referências

ALICEWEB. **Balança Comercial Brasileira**. Mar. 2004.www.aliceweb.desenvolvimeto.gov.br. Acesso em Marco – 2004.

AUGUSTO, Helder. et al. **Um Balanço da Situação do Trabalho Rural em Minas Gerais nos Ano 1990: Maior Produtividade, Maiores Salários, Menos Empregos.** Universidade Federal de Lavras – UFLA. 17p. 1999.

CARNEIRO, Roberto. **Novo Conhecimento, Nova Aprendizagem e Criação de Valor (O fio de Ariana)**. Jan. 2006. Disponível em http://www.elearningeuropa.info. Acesso em: 15 Abr. 2006.

CARVALHO, Maria A. **Contribuição da Agricultura para o Ajuste Externo**. Informações Econômicas, SP, v.33, n.10. out 2003 – www.ie.sp.gov.br/out/publicações.

CRUZ, João J. **Anuário Estatístico de Minas Gerais 2000 – 2001**. Fundação João Pinheiro.

mar. 2002. www.fjp.gov.br/ menu_pesquisa. Acesso em Maio – 2004.

FERNADES, Fátima. **Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos**. Jornal Folha de São Paulo, 18/01/2004. http://www.folha.uol.com.br.

EDE, Fred O. et al. **African American Students' Attitudes Toward Entrepreneurship Education**. Journal of Education for Business. mai./jun.1998.

EDE, Fred O. et al. **African American Students' Attitudes Toward Entrepreneurship Education**. Journal of Education for Business. mai./jun.1998. Ind: Brockhaus, R.H.S; Horowitz, P.S. The psychology of entrepreneur. 1986. Ind: Sexton, D; Vesper, K. *Encyclopedia of Entrepreneurship.* p. 39 - 5 7. Cambridge, MA: Ballinger Publishing.

EDE, Fred O. et al. **African American Students' Attitudes Toward Entrepreneurship Education**. Journal of Education for Business. mai./jun.1998. Ind: Cooper, A. *Entrepreneurship and High Technology*.1986. In: D. Sexton & R. Smilor (Eds). *The Art and Science of Entrepreneurship.* P. 153 – 180. Cambridge, MA: Ballinger Publishing.

EDE, Fred O. et al. **African American Students' Attitudes Toward Entrepreneurship Education**. Journal of Education for Business. mai./jun.1998. Ind: Krueger, N. *The Impact of Prior Entrepreneurial Exposure on Perceptions of New Venture Feasibility and Desirability. Entrepreneurship Theory and Practice*. p. 5-21.1993.

EDE, Fred O. et al. **African American Students' Attitudes Toward Entrepreneurship Education.** Journal of Education for Business. mai./jun.1998. Ind: Brusch, C. Research on Women Business Owners: Past Trends, New Perspectives and Future Directions. Entrepreneurship *Theory and Practice*. p. 5 - 30. 1992.

GARAVAN, N. T; O`CINNEIDE, B. **Entrepreneurship Education and Training Programmes: A Review and Evaluation**. Journal of European Industrial Training – part 1. ago. 1994. p.12. In: Gibb, A. A. *The enterprise culture and education. Understanding enterprise education and its link with small business and wider educational goals*. International Small Business Management Journal. Vol. 11. 1993.

GARAVAN, N. T; O`CINNEIDE, B. **Entrepreneurship Education and Training Programmes: A Review and Evaluation**. Journal of European Industrial Training – part

1.ago. 1994. p.12. In: Gibb, A. A. *Enterprise culture .Its Meaning and implications for education and training*. Journal of European Industrial Training, Vol. 11. 1987.

GARAVAN, N. T; O`CINNEIDE, B. **Entrepreneurship Education and Training Programmes: A Review and Evaluation**. Journal of European Industrial Training – part 2. nov. 1994. p. 13-21.

HYNES, Briga. **Entrepreneurship education and training – introducing entrepreneurship into non-business disciplines.** Journal of European Industrial Training. 20/08/1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Censo Rural**.www.ibge.gov.br. Acesso em Março – 2004.

ÍCONE – PENSA USP. http://www.pensa.org.br/seminarios/. Acesso em Junho-2006

KUPFER, David. **Análise Estrutural da Variação do Emprego no Brasil Entre 1990 e 2001: Algumas Notas Explicativas Preliminares**. Instituto de Economia – Universidade Federal do Rio De Janeiro – UFRJ. 8p. Jan. 2004.

PETROS, Francisco. **Choque de Otimismo.** Revista Carta Capital, 21.01.2004, p. 45-74.

PEREZ, Carlota. **La Reforma Educativa a Luz del Cambio de Paradigma Produtivo**. Caracas. 2000. Disponível em: < www.carlotaperez.org/articulos/1--lareformaeducativaaluz.htm.> Acesso em: Abr. 2006.

ROSA, Peter; JAYATILAKA, Weejaye; KODITHUWAKKU, Sarath. **The Potential Supply of University Educated Agribusiness Entrepreneurs: A Sri Lankan Perspective**. 1997. www.usabe.org/knowledge. Acesso em Março 2006.

SILVA, Carlos A B. (Org.). **Diagnóstico da Cadeia Agroindustrial de Frutas Selecionadas no Estado de Minas Gerais.** Universidade Federal de Viçosa – UFV. 259p. abr.2001.

SILVEIRA, João S. T; PEREIRA, Marcelo F. **Mensuração da Eficiência Técnica no Setor Agropecuário Brasileiro Através da Estimação de Fronteiras Estocásticas de Produção**. In: Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional – SBPO, 2001, Campos do Jordão- SP.

SORTIMENTOS.COM. **Novos Negócios**. 13/01/2004. www.sortimentos.com/agropecuária

TEIXEIRA, Gerson. **O Censo Agropecuário de 1996: Uma Síntese dos Efeitos, no Agrário, de 11 Anos de Neoliberalismo**. Liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Abr. 1999. www.pt.org.br/assessor/censo96.htm. Acesso em Maio - 2004.

VERGARA. S. C. **Relatórios e projetos de pesquisa em administração**. São Paulo:Atlas, 1998